

## OS CONFLITOS NA RUA 25 DE MARÇO – SP

Camila Salles de Faria

*“A cidade se escreve, nos seus muros, nas suas ruas. Mas essa escrita nunca acaba.” Lefebvre*

A paisagem da cidade de São Paulo nos revela uma série de transformações, fruto de uma construção contínua que é realizada pelas relações sociais existentes e com isso relacionadas com seu modo de produção. Daí, também perceber os diferentes conflitos, e que podem ser entendidos pela desigualdade sociais presentes. Este trabalho tem como objetivo discutir os conflitos atuais de um fragmento da cidade de São Paulo, a rua Vinte e Cinco de março, tendo como foco o comércio.

A rua 25 de março está localizada no conhecido centro antigo da cidade de São Paulo, que num primeiro momento compreendia a zona do triângulo, formada pelas ruas São Bento, Boa Vista e Direita, e depois se expande até o Viaduto do Chá e a avenida Ipiranga.

O comércio na rua inicia às quatro horas da manhã com a feira da madrugada na qual ambulantes espalham suas barracas na calçada, ou mesmo no chão, vendendo no varejo artigos para o abastecimento de outros ambulantes ou para outros compradores quaisquer que depois os revenderão pelo dobro do preço pago. A feira acaba às nove horas quando as lojas começam a abrir e os outros ambulantes começam a tomar seus lugares. Além disso, o comércio funciona de 2ª a 2ª, sendo que nos domingos e feriados apenas algumas lojas estão abertas, diferentemente dos ambulantes que estão presentes em um número expressivo.

Podemos perceber que hoje a rua Vinte e cinco de março está intrinsecamente relacionada com o comércio. Na REVISTA JÁ (23 março de 2003), edição comemorativa de aniversário da rua, é definida como “Paraíso das Compras”, podendo ser considerada o maior shopping a céu aberto da América Latina, por continuar vendendo de tudo a preços “camaradas”. A matéria da revista também alega que a rua serve para aumentar a auto-estima dos consumidores, em especial as mulheres, por ser uma ótima terapia para o bolso. PONCIANO (2001) define-a como sendo um “quase bairro”, uma referência da solução rápida de qualquer necessidade de consumo. SOUZA (2002) vai além, define-a como um bairro em função de sua diversidade cultural e econômica no contexto do desenvolvimento econômico e urbano da cidade de São Paulo. A Camisa 12, Escola de Samba Paulista, cantou-a no Carnaval de 2004, definindo-a como: paraíso de ofertas, onde se tem de tudo e tudo de Bom, Bonito e Barato.

A história da rua mostra que nem sempre esteve presente este caráter comercial e que foi surgindo com seu processo de ocupação. Assim, ao longo de sua existência passou por diversas transformações, “a área onde hoje se encontra essa rua já foi leito do Tamanduateí, depósito de lixo, área residencial, área comercial, primeiro de pescadores e lavradores depois de mascates italianos, alemães, judeus, portugueses e árabes” (SOUZA, 2002: 91). Esta é uma parte da história da rua até o início do século passado, que revela um intenso processo de interferência do homem na cidade, reforçando a idéia da presença humana criando e produzindo esta paisagem. Sendo que ainda hoje conseguimos perceber heranças da paisagem do século XX, não se trata, por exemplo, do rio, pois este teve seus meandros aterrados, e com isso foi retificado e canalizado, são heranças deixadas pela a população que ali residiu.

Os sírios e libaneses tiveram grande importância para o comércio desta região nos séculos XIX e XX, pois além de trabalharem como mascates, inauguram o sistema de crédito, em que a pessoa comprava e depois de certo tempo pagava pela mercadoria. Reuniram variáveis como preço baixo e crediário o que aumentou muito as vendas tornando difícil a concorrência, fazendo com que se tornassem a maioria na rua 25 de março no início do século XX. Segundo SOUZA (2002: 46) “no final do século XIX cerca de 90% dos mascates que trabalhavam em São Paulo eram sírios ou libaneses, os demais italianos. Esse momento também é marcado pelo início da ascensão social e econômica desses imigrantes, pois começam a deixar essa atividade para entrar no comércio varejista”. Hoje, ainda permanecem na área como lojistas, somente em um número reduzido, porém muitos do que já abandonaram a rua ainda continuam como proprietários de imóveis.

A propriedade privada, fundamento desta sociedade, torna-se também necessária para a realização do comércio. Com isso, não basta que o comerciante seja dono da mercadoria, é indispensável que possua um espaço para a realização desta fase do ciclo do capital, que somente estará completo quando a mercadoria estiver nas mãos do consumidor.

Diante de tal cenário torna-se constantes os confrontos na rua 25 de março na busca de um espaço para a realização do comércio. Tem-se de um lado os lojistas e de outro os ambulantes. Entre os comerciantes que possuem lojas podemos encontrar dois principais componentes: os sírio-libaneses e os chineses, daí a importância da diversidade cultural, como também da imigração para a composição da paisagem da rua. Não esquecendo do Estado que se apresenta como mediador destes conflitos.

Os sírios e libaneses, como já foi dito, possuem uma importância histórica para a rua, como por exemplo, a fundação da UNIVINCO (União dos Lojistas da Vinte e Cinco e Adjacentes) e os chineses que hoje configuram um número expressivo, não se sabendo ao

certo a data precisa, mas segundo FREITAS (2001: 114) a imigração chinesa para o Estado de São Paulo tornar-se-ia expressiva a partir de 1949, com a implantação do socialismo na China e conseqüentemente a República Popular da China, a maioria partiu através do porto de Hong-Kong. Depois deste período houve um novo aumento da entrada de chineses de Hong-Kong em São Paulo, antes que esta fosse devolvida para a China, em 1997. Joseph Chung Chien Lao — entrevistado em 1997 pelo Museu da Imigração — conta que veio para o Brasil, na década de 50, porque para o “comunista não tem lei, porque o comunista é que manda (...) China tem bastante gente e competição pra emprego é muito, aí devagarinho sair”. Fala a autora que uma parcela da população chinesa chegou ao Brasil pelo Paraguai, muitas vezes clandestinos, com passaporte e visto falsos. Esta imigração teve um caráter predominantemente urbano, ou seja, a maioria dos chineses veio para as cidades, sendo que a maior parte se dedicou ao comércio, estabelecendo pequenos bazares, bares, restaurantes, pastelarias e outros. Para Chu Wai Tai — entrevistado em 1997 pelo Museu de Imigração — os chineses entraram basicamente no comércio porque não se precisa ter o domínio da língua, conta que quando chegou foi trabalhar num restaurante chinês e pediram que fizesse comida típica, ficou preocupado ao perceber que os ingredientes que usava na China não poderiam ser encontrados no Brasil, mas pensou no fato de que ninguém conhecia a comida chinesa realmente, e entendeu que poderia fazer “qualquer coisa” que passaria por chinesa.

Outro sujeito importante para a região é o camelô. Ou seria ambulante? Popularmente podem ser considerados sinônimos, sendo assim, todos se tornam camelôs. MARIANO (1997: 20-23) apresenta diferenciações entre os termos. A autora fala sobre a denominação do Estado para este sujeito, sendo que, no Diário Oficial de São Paulo, foi publicado o Decreto nº 33 398 de 14/07/1991, capítulo I, art. 2º que regulamenta a Lei 11.039 de 23/08/1991; “considera-se ambulante a pessoa física, civilmente capaz que exerça atividade lícita por conta própria ou mediante a relação de emprego, desde que devidamente autorizado pelo Poder Público”. Mas ainda afirma a autora que para a Associação Viva o Centro camelô ou marreteiros são adotados na fala popular. Para CARVALHO, na visão da autora, existem duas categorias principais: ambulante e o camelô; o primeiro é o comerciante de rua que possui cadastro na prefeitura de seu município, tendo desta forma, direito a sindicalização, o que lhe atribui pagamentos e taxas a órgãos competentes, já o camelô não pode ser sindicalizado pelo fato de não possuir vínculo algum com a prefeitura, permanecendo em uma situação de clandestinidade. Já para Valter OLIVEIRA (2000: 190) os camelôs são apenas uma categoria dos vendedores ambulantes, outro tipo seria os engraxates, por exemplo. PINTAÚDI (2002: 149 – 150) considera perigoso classificar todos os comerciantes ambulantes como o mesmo rótulo, devido à enorme variação entre os mesmos, que se diferenciam “não só pela forma de propriedade das mercadorias e do ramo de comércio (chegando a existir ruas especializadas), como

também pela ‘propriedade do ponto’, na rua em que se estabelecem, o que os diferencia dos ambulantes que efetivamente deambulam, carregando nos braços produtos que oferecem”. CARLOS (1994: 155) reafirma esta diferença entre os ambulantes, “pois ao mesmo tempo que se vê vendedores em amplas barracas, há também aqueles que fazem suas bancas de caixa de papelão com que carregam as mercadorias, ou mesmo aqueles que exibem seus produtos nos braços ou diretamente no chão, apenas coberto por uma lona”.

Dentre os conflitos existentes na rua 25 de março aparece um entre o comércio legal e o ilegal. Mas o que é o comércio ilegal na “Vinte e Cinco”? O que se pode notar é que quando se fala em comércio ilegal nesta rua quase que instantaneamente se pensa no ambulante, ou seja, são trabalhados no ideário das pessoas como se fossem sinônimos. Uma notícia publicada pela UNIVINCO (União dos Lojistas da Vinte e Cinco e Adjacentes) fala da relação ambulante e os atos de burlar os impostos, com isso mesmo os ambulantes legalizados aparecem como pertencentes ao comércio ilegal por não possuírem notas fiscais e daí questionar-se a procedência das mercadorias.

O que nos revela um outro conflito existente na rua, já mencionado: entre os lojistas e o comerciante ambulante, e que tem como mediador o Estado. Este é um confronto que tem na sua essência uma disputa pelo comércio na “vinte e cinco”, o que significa também uma briga pelo espaço e pelos consumidores. Assim, segundo ALVES (1999: 15) “a melhor maneira de exercer o controle é através da dominação do espaço”, com isso os lojistas tentam retirar os ambulantes. Falando de um comércio ilegal que envolve tanto a procedência da mercadoria (contrabando ou pirataria) como também a condição do trabalhador, se está regularizado (cadastrado na prefeitura e possuindo o TPU – Termo de Permissão de Uso) para realizar tal atividade. Não se discute o uso deste espaço, como sendo a apropriação do espaço público por estes ambulantes, que ao montarem suas barracas e venderem suas mercadorias privatizam este espaço, impedindo que outras pessoas possam se apropriar das calçadas ou até mesmo da rua.

Este não é um confronto recente, tanto porque não é fácil precisar a data de quando os ambulantes chegaram na região, pois SOUZA (2002) afirma serem sujeitos na paisagem da rua já no final do século XIX e início do XX. Para COSTA (1989) os conflitos entre os ambulantes ocorrem em São Paulo desde a década de 1960, sendo que no final da década de 80, especificadamente no governo da Erundina, o número de ambulantes no centro de São Paulo aumentou consideravelmente. Assim, a prefeitura aparece para legalizar a profissão através de decretos e credenciamentos como, por exemplo, de 1975 que concede a licença somente para os deficientes físicos e pessoas acima de 60 anos, com isso transforma em sua maioria os vendedores em irregulares e ilegais.

Portanto, o Estado aparece como mediador destes conflitos pois segundo COSTA (1989:35):

“Como um fato permanente na história da cidade de São Paulo, o comércio ambulante convive com ciclos de maior ou menor convivência por parte dos órgãos responsáveis pela administração da cidade.

Cada vez que ocorre a ‘limpeza’ (ou a eliminação dos vendedores ambulantes) de uma determinada área verifica-se de imediato o deslocamento da atividade para um local próximo e em seguida o retorno discreto dos ambulantes que deslizam ponto a ponto, até retornar à área de onde foram expulsos.”

Hoje, o que se pode observar na rua “vinte cinco” é que tal “limpeza”, ou “nova higienização” (termo utilizado por FRÚGOLI JR, 2000) está sendo feita por solicitação dos comerciantes locais e das Associações ligadas aos mesmos — como UNIVINCO e Viva o Centro — fazendo do Estado o principal membro para o confronto direto. Não mais somente no “famoso” discurso da revitalização do centro, como afirma Gilber — gerente administrativo da UNIVINCO em entrevista em maio de 2003 — “a degradação do centro é por causa do camelô. Fica tudo sujo. O cara (consumidor) não consegue nem andar na rua. Por ter este tumulto todo, por exemplo, é muito mais fácil ser roubado” e ainda completa: “as pessoas abandonaram o centro por causa disso (...) não se troca os shoppings para vir comparar aqui, no meio deste mar de camelô”.

Agora, os comerciantes passam a agir, pois ganharam via Ministério Público uma decisão judicial a seu favor, e que exige que a prefeitura retire até o dia 19 de agosto de 2003 os ambulantes irregulares (os que não detém o TPU) da área que abrange a Subprefeitura da Sé, tendo como pena para o não cumprimento o pagamento de multa de 10 mil reais diários (Folha de S. Paulo em 31/07/2003).

Portanto, acaba-se o ciclo de menor convivência entre os órgãos públicos e os ambulantes, não se tem mais a possibilidade da caixinha para o suborno dos fiscais, como já havia ocorrido em gestões anteriores, como afirma FRÚGOLI JR (2000: 100) “A partir de março de 1996, surgiram novas denúncias: o esquema de propinas pagas por camelôs para os fiscais da Prefeitura e o aluguel ilegal de barracas que deveriam ser usadas apenas por deficientes e idosos renderia pelo menos R\$ 60 milhões por ano”. Resultando na condenação de 20 anos de prisão para o ex-vereador de São Paulo e deputado estadual cassado Hanna Garib por ter liderado um esquema de arrecadação de propinas entre 1993 e 1999 na Administração Regional da Sé, comandou um grupo que exigia valores de ambulantes para evitar a apreensão de mercadorias ou facilitar a liberação de produtos apreendidos, conforme a reportagem da Folha de 27/05/2004.

Assim, a presença da polícia, como “detentora da ordem”, torna-se constante e ao mesmo tempo os ambulantes irregulares aparecem em busca do direito de trabalhar, com isso a rua toma um sentido diferente do comércio e passa a uma apropriação para a manifestação.

O confronto na rua, como aquele da última semana de julho e na primeira de agosto de 2003, tornou-se constante, tendo por parte dos ambulantes manifestações, como conta a reportagem da Folha de São Paulo (01/08/2003) “a passeata de ontem que reuniu 300 pessoas, segundo os organizadores — de acordo com a PM, foram cem —, começou às 10 horas, na Rua 25 de Março, foi até a Praça da Sé e terminou em um apitão na Rua Comendador Afonso Kherlakian, uma hora mais tarde”. Mas, a polícia civil metropolitana, a polícia militar e os fiscais não eram apenas supervisores, partiram para o embate direto com os ambulantes, impedindo a montagem da feira da madrugada, que até então ocorria normalmente na rua, com isso muitas lojas permaneceram fechadas e os consumidores assustados não apareceram.

Mas, os confrontos não se limitaram apenas a uma ou duas semanas, desde tal período se tornaram incessantes e alguns momentos com maior grau de violência. Os fiscais da prefeitura permaneceram no local para a apreensão das mercadorias dos comerciantes ambulantes e a partir da 2ª quinzena de julho de 2004 a polícia civil metropolitana passou a compor este cenário. Primeiro como “detentora da ordem e da paz”, impedindo, por exemplo, que os ambulantes forcem o fechamento das lojas, como ocorreu no dia 14/07/04 e como apoio dos fiscais, e depois (a partir de 30/07/2004) também com a função de fiscalizar e apreender as mercadorias dos ambulantes irregulares e restando aos fiscais apoiar a GCM (Guarda Civil Metropolitana) e encaminhar as mercadorias detidas às subprefeituras. Além disso, coube a guarda efetuar prisões e promover agressões físicas, como nos conta Marina — entrevistada no dia 10/07/2004 — ambulante irregular de bijouterias há três anos e também consumidora da “Vinte e Cinco”, pois compra produtos para compor suas mercadorias, “a polícia vem numa moto e derruba toda nossa mercadoria, se a gente estiver na frente vai pro chão também, depois vêm os fiscais e levam tudo”.

Desta forma surgiram as estratégias e as táticas por parte do Estado. Como estratégia a prefeitura buscou impor uma regulamentação/normatização deste espaço, tentando amenizar a situação com uma criação de “Pop Center”, uma espécie de shopping center popular, em que seriam colocados os ambulantes irregulares. Mas a maioria dos ambulantes não quer, pois se questiona os preços do aluguel, os tributos geralmente cobrados, e ainda segundo Silva, presidente do Sindicato dos Camelôs Independentes de São Paulo, em reportagem de 05/09/2003: “Confinar os camelôs imaginando que o público vá nos procurar é bobeira. Ninguém sai de casa para comprar em barracas. Tem que ser onde há movimento”. COSTA (1989: 28 e 47) fala que este tipo de comércio urbano busca



aglomeração e daí surgirem os “espaços-bolhas”. São locais que apresentam concentração de pessoas em determinado momento, seja num show, num jogo de futebol, entre outros eventos, que fazem com que também os ambulantes se dirijam para lá em busca de consumidores. Mas, como vimos com a rua 25 de março é diferente, pois a circulação de pessoas é intensa diariamente, e daí três mil ambulantes irregulares quererem ficar e se manifestarem para dali não saírem, não querem migrar para outra área qualquer do centro.

Fundamentada na tática da prefeitura que tem o poder, a guarda civil metropolitana tem o papel de realizar e aplicar as normas estabelecidas. Até um primeiro momento esta não podia apreender mercadorias, depois passou a agir não só como delatora, mas de fato para que a mercadoria fosse apreendida. Geralmente vinham de moto na direção contrária ao trânsito de veículos pela rua com o intuito de surpreender os ambulantes, derrubavam suas mercadorias e enquanto o comerciantes, ganhavam tempo para os fiscais chegarem. Mas, quando encontravam resistência a violência se tornava ainda maior, não se hesitava em chamar a polícia militar, o Choque, para que a “ordem fosse mantida”.

Uma das primeiras ações da prefeitura foi através da GCM: impedir a realização da “feira da madrugada” na rua 25 de março, uma porque grande parte da feira era composta por ambulantes irregulares e também pela dúvida da procedência das mercadorias vendidas. Gilber — gerente administrativo da UNIVINCO em entrevista em maio de 2003 — afirma que a feira foi criada para vender artesanato há aproximadamente dez anos e que atualmente possui mais de cinco mil integrantes que abastecem os ambulantes do centro da cidade. Por isso o que antes ocorria das quatro horas às sete horas, hoje foi estendido até as nove e termina porque chegam outros ambulantes para trabalhar. A reportagem da Folha de São Paulo de 20/10/2002, intitulada “De madrugada, S.Paulo vira Ciudad del Este”, fala do porquê do aumento da feirinha: “o crescimento da feira coincide com a liberação da cotação do real frente ao dólar, em janeiro de 1999. No ano anterior, poucas barracas se alinhavam em um dos lados da rua, na extensão de três quadras. Na sexta-feira passada, dia de pouco movimento, elas dominavam a rua 25 de Março inteira e todas as transversais. Projeção do Sindicato do Comércio Atacadista de Tecidos e Armarinhos de São Paulo aponta para cerca de 100 mil pessoas a circulação média diária da feira”.

Quanto à procedência das mercadorias vendidas na feirinha, a reportagem da Folha de S. Paulo de 20/10/2002, afirma que “em junho, policiais civis, militares e federais atuaram em conjunto com a prefeitura em uma ação que apreendeu o equivalente a cerca de R\$ 4 milhões em produtos ilegais na região da feirinha. Foram necessários 50 caminhões para transportar os produtos confiscados de dois prédios que serviam de depósito, na 25 de Março, para o galpão da Subprefeitura da Sé. (...) o material ficou durante dois meses à disposição de quem quisesse reclamá-lo e tivesse nota fiscal para provar a sua legalidade. Somente 5% do total voltou para as mãos de seus donos.”

Como resultado os ambulantes tomaram certas atitudes para fugir da fiscalização. A feirinha da madrugada mudou de lugar e passou a ser realizada na rua Oriente, na subprefeitura da Mooca — para onde não vale a questão judicial — como nos mostra a reportagem de 07/08/2003. Durante meses, até mesmo que a GCM tivesse um número reduzido na rua e não tivesse plenos poderes, agiam como um “efeito onda”. A partir do momento que a fiscalização era avistada, um grito surgia: “Olha o rapa!”, ao mesmo tempo assovios, em segundos fechavam-se os tabuleiros, enfiavam seus produtos em caixas e sacolas e corriam, levando consigo suas mercadorias, encontrando como refúgio o banco Bradesco — que possui uma grande área antes da porta giratória, o auto atendimento — a estação de metrô, ou mesmo o início da rua em que a incidência de ambulante é menor. Era possível porque a fiscalização vinha a pé e contava com cerca de 20 homens. Depois que a guarda entrou em ação alguns ambulantes permaneciam nas barracas de outros regulares até que o mesmo chegue para trabalhar, ou senão, esperavam os horários de almoço e saída da CGM para exibir suas mercadorias. Assim, o que nos podemos perceber é que há uma mudança na paisagem da rua 25 de março, o que com cair da noite, nos sábados a tarde e nos domingos estava deserta, hoje tem-se a dominação do comércio em plena via, ou seja, os ambulantes tomam a rua e impedem até mesmo a passagem de veículos. Com isso, basta não haver a presença da GCM que a feirinha da madrugada volta acontecer, inclusive durante o dia se faz propaganda com carro de som da feira — como pude observar no dia 08 de setembro de 2004.

Mas um questionamento me surge quando vejo a entrevista de Marina — em 10/07/2004 — uma ambulante que estava a espera para poder trabalhar afirma: “Isso é só esta semana. Semana que vem ‘tá tudo normal”, ela se refere ao fato da represália somente ocorrer até o dia 10 de cada mês, e restante se tem “um fechamento dos olhos” por parte dos fiscais e da GCM. Tal fato pude observar no dia 13 de julho de 2004, enquanto a Ladeira Porto Geral estava repleta de ambulantes enquanto os fiscais e a GCM estavam na esquina com a rua “vinte e cinco” a conversar.

Portanto o ambulante permanece como o estereótipo do comércio ilegal, o que simplificaria e tornaria similares os dois conflitos até então apresentados. Sendo que de um lado estaria o comércio legal e os lojistas e de outro os ambulantes e o comércio ilegal, mas esta não é a realidade. Como podemos observar com a reportagem de 05/12/2003 em que a Galeria Pagé foi fechada e cerca de 15 mil sacos com produtos foram apreendidos, cada um com capacidade para 50 quilos; esclarece o delegado: “temos objetos contrabandeados, pirateados, produtos de receptação de roubo, quase todo mundo aqui está passeando pelo código penal”. Mas isto não se restringe apenas à Galeria Pagé, pois em uma operação realizada no dia 17 de fevereiro de 2004 em cinco shoppings de São Paulo (Osasco Plaza, Tamboré, Ibirapuera, SP Market e Raposo) também foram apreendidas mercadorias



falsificadas. Alerta o presidente da Comissão da CPI da Pirataria diante de tal fato: “Temos recebido muitas denúncias de que alguns shoppings de São Paulo vendem produtos pirateados. Fomos lá para mostrar que têm [produtos] e que isso não pode ficar impune. É um aviso de que pirataria não é só um ‘negócio’ da 25 de Março [tradicional rua comercial localizada na região central de São Paulo]” — em reportagem da Folha de S. Paulo de 18/02/2004.

Outro caso que envolve o comércio ilegal na rua 25 de março foi a prisão do empresário Law Kin Chong, em depoimento a CPI da Pirataria, disse ser apenas dono de três shoppings na área da rua vinte e cinco de março, sendo um deles o shopping “25” — localizado no nº 1081 da mesma. Assim não teria nenhuma ligação com os produtos ilegais encontrados nas lojas, pois afinal estaria somente sublocando-as, ficando a responsabilidade para seus donos. No entanto, a CPI o aponta como um dos principais contrabandistas do país, principalmente depois de policiais federais e civis, promotores e deputados vistoriarem em 11 de novembro de 2003 dois depósitos pertencentes ao empresário e terem apreendido centenas de produtos supostamente falsificados ou contrabandeados, entre eles bolsas de marcas famosas, eletroeletrônicos e CDs virgens.

Além disso, a investigação mostrou diversas relações com pessoas envolvidas com o comércio ilegal, com isso uma tentativa de transformar o que ilegal em legal. Como por exemplo, o fato de que em “1997, Chong recebeu o título de Cidadão Paulistano pela Câmara Municipal. A indicação foi do ex-vereador e deputado cassado Hanna Garib, acusado de chefiar um suposto esquema de cobrança de propina a camelôs” (Folha S. Paulo de 12/11/2003), além do relacionamento com o juiz federal João Carlos da Rocha Mattos e o delegado da Polícia Federal José Augusto Bellini, ambos presos na Operação Anaconda. Mas sua prisão só foi efetivada após tentar corromper por US\$ 1,5 milhões o presidente da CPI da Pirataria, Luiz Antonio de Medeiros (PL-SP). Chong, segundo Medeiros, queria um abrandamento das acusações no relatório final da CPI, prestes a ser apresentado ao Congresso (Folha de S. Paulo de 02/06/2004).

Diante de tais conflitos um outro ainda aparece como um sentimento de resistência. São os sírio-libaneses que buscam anular a presença de outros migrantes, tendo como principal foco os chineses visto que são a maioria nos dias atuais e dizem: “ser os que mandam” (CARTA CAPITAL de 26/05/2004). Segundo sr Atlas — sírio-libanês entrevistado por SOUZA (2002: 101) é uma “invasão dos outros”, ou seja, de outras imigrações e não se conforma em dividir o lugar com outros que não sejam da mesma colônia. Isto também pode ser notado através da Associação dos Lojistas da Vinte e Cinco de Março e Adjacência (UNIVINCO), que por ter sido criada por sírio-libaneses mantém em seus cargos administrativos somente descendentes de tal cultura. Gilber — gerente administrativo da

associação em entrevista em maio de 2003 — afirma que associação precisa de ter sócios de outras nacionalidades para que consiga se sustentar.

Mas esta resistência se afirma quando observamos quem são os proprietários dos imóveis na rua. Pois, podemos perceber que os proprietários dos imóveis são na maioria diferentes dos donos dos estabelecimentos comerciais. Que são na maioria das vezes os que primeiro chegaram e mesmo que ali não permanecessem como residência ou comércio, não se desfizeram do imóvel. Assim, como vivemos num regime fundamentada na propriedade privada do solo, como já foi dito, e que para se ter um estabelecimento comercial ou mesmo uma residência é necessário pagar por esta, ou comprando o imóvel — tornando-se proprietário —, ou locando — pagando mensalmente um preço ao proprietário.

Portanto, existe a disputa pelo consumidor, que não são poucos, cerca de 400 mil diariamente. Diante deste número, um pergunta me surge: por que as pessoas vão ao centro? E por que vão a rua 25 de março? Segundo SCARLATO (2004: 249) “A partir da década de 1950, com a implantação da grande indústria fundamentada no capital multinacional, ocorreram profundas mudanças socioespaciais na cidade de São Paulo. O centro passou a perder sua vitalidade como centro financeiro e de serviços. (...) Novas centralidades foram criadas. Como decorrência a cidade foi se expandindo em todas as direções. Grandes investimentos foram aplicados em novas infra-estruturas viárias. Bairros inteiros foram mutilados pela abertura de grandes vias expressas. Podemos dizer que a cidade passou a sofrer um acelerado processo de fragmentação e segregação espacial”. Com isso, os moradores de outros bairros deixam de se referir ao centro como se fosse “a cidade”, surgem novas centralidades em diferentes bairros que vão comportar também um comércio especializado. A partir do final da década de 1960 foram criados os shoppings e supermercados contribuindo para estas novas centralidades e por isso dividindo os consumidores com a área central. São estabelecimentos que não param de crescer em quantidade na cidade. Os shoppings trazem a ideologia da segurança para seus consumidores, possibilidade de salas de cinemas mais confortáveis, e a vantagem de possuir amplos estacionamentos — que dependendo do shopping pode ser gratuito ou não —, além disso, o comprador não precisa se preocupar com o clima do lado de fora do estabelecimento, pois no seu interior a temperatura estará sempre agradável. Assim, a estratégia dos shoppings centers e de seus administradores é de parecer mais que um lugar para compras, como também para comer e recrear-se.

Hoje, diferentemente do que se pode pensar o centro ainda continua sendo uma área de atração de pessoas, conforme pode ser observado no mapa abaixo. São milhares de pessoas que vão dos mais diferentes lugares para o centro, trabalhar todos os dias como também fazer compras. Segundo ALVES (1999: 40) “a possibilidade de acesso ao centro confere a ela uma característica popular. Além do acesso ao centro, que tem como motivo

principal o trabalho, ele é também ponto de “transbordo”, isto é, de passagem onde os trabalhadores mudam de ônibus. Do centro irradiam e para ele convergem as mais diferentes linhas de ônibus urbanos vindos dos mais variados pontos da cidade”.

Na rua 25 de março “correm” 71 linhas de ônibus em pelo menos um dos seus trechos, o que pode ser observado pela proximidade com o Terminal de ônibus do Parque Dom Pedro II. Os ônibus vêm dos mais variados lugares como Jd. Brasil (Zona Norte), do Pq. Edu Chaves (Zona Norte), da Aclimação (Zona Sul), do Jd. Eliana (Zona Sul), Pq. Vila Maria (Zona Norte), Pq. Bristol (Zona Sul), Jd. Patente (Zona Sul), da Vila Industrial (Zona Leste) e outros. Além disso, ainda possui numa distância de 200 metros da rua (na Ladeira Porto Geral) uma estação de metrô (Estação São Bento), além de outras duas um pouco mais distantes (Luz e Pq. Dom Pedro) que significa ampliar quantidade dos consumidores e suas origens, como por exemplo, algumas cidades da Região Metropolitana de São Paulo, como Guarulhos, Suzano e Osasco.

Já os consumidores, os conhecidos “sacoleiros”, que chegam pelo Terminal Turístico de Compras da Rua 25 de março têm suas origens mais diversas, vêm principalmente das regiões sudeste e sul do país, embora venham também do Centro-Oeste e do Nordeste. É do interior do Estado de São Paulo que provêm a maior quantidade de ônibus, sendo das cidades de: São Carlos, Piracicaba, Pirassununga, Itapeva, Itapetininga, Sorocaba, Jacaré, Capão Bonito, Porto Ferreira, Guarujá, Guapiara, entre outras, com isso se pode notar que são apenas os consumidores das pequenas cidades que vem até o Terminal. É do Estado de Santa Catarina que provêm o segundo maior número de ônibus, principalmente das cidades de: Florianópolis, Blumenau, Itajaí, Balneário Camboriu, Gaspar, Indaial, São José, e outras. Do Estado de Minas Gerais vêm das cidades de: Leopoldina, Montes Claros, Juiz de Fora, Araxá, Muriaé, Viçosa, Ponte Nova, Pirapitinga, Espera Feliz, Uberaba, Cataguases e outras. Já do Estado do Rio de Janeiro vêm de Resende, Campos, São Fidelis, Teresópolis, Cordeiro, Itaperuna, Paraíba do Sul e outras. De Espírito Santo vêm principalmente das cidades de Cachoeira de Itapemirim, Guarapari e Aracruz. Do Paraná vêm principalmente das cidades de Curitiba e Telêmaco Borba, de Goiás: Goiânia, da Bahia de Teixeira de Freitas e do Rio Grande do Sul de Porto Alegre. Estes são as origens dos ônibus e com isso dos consumidores que se utilizam o Terminal Turístico de Compras da Rua 25 de Março, e que aparece como dados oficiais, mas o sr Edi — gerente do Terminal em entrevista no dia 15 de julho de 2004 — afirma que: “só param ônibus que não são clandestinos, somente recebemos os regularizados (...) em que a maioria das mercadorias tenha nota fiscal, de 80% a 90%”, além disso, tem que pagar 10 reais para estacionar, com isso muitos ônibus param em outros lugares, como na última quadra da rua 25 de março, na rua Paula Souza ou mesmo na avenida Senador Queirós. Indo até lá, podemos encontrar ônibus com outras origens, como por exemplo, da cidade de Altamira (PA).

O que transforma a rua num eixo de circulação, pois segundo SERPA (2000: 49): “utiliza-se o termo eixo de circulação e/ou ligação para determinar as áreas onde ocorre a possibilidade de um fluxo mais satisfatório de transporte coletivo e particular e de passantes. (...) Eles atuam como fatores de influência muito importantes, pois estão relacionados à questão da acessibilidade”. Assim, podemos entender que a rua “vinte e cinco” apresenta uma grande acessibilidade fazendo com que se torne também uma área de atração.

Mas a centralidade tem outro conteúdo que lhe é conferida pela atividade comercial e não somente como ponto de passagem, ou seja, por sua localização. No entanto, se pensar na centralidade pode-se entender a atração dos consumidores para área e com isso a disputa. E até refletir sob a influência desta diante da redução dos custos de circulação, teoria formulada por Marx. Isto porque não basta pensar em centralidade somente como um conceito que está associado à aglomeração das atividades comerciais, é importante refletir sobre os fatores de formação/consolidação. Assim, pensar na centralidade da rua Vinte e Cinco de Março é o mesmo que pensar que sua área é de fácil acesso e circulação.

Para ALVES (1999: 21) “a centralidade se caracteriza por ser um processo que atrai fluxos de capitais, pessoas, atividades, definidos por uma racionalidade estatal que, agindo sobre o espaço urbano, o envolve de modo a condensar nele a riqueza e o poder, através de estratégias e planos aí desenvolvidos.”

Portanto é importante pensar que a centralidade da rua “Vinte e Cinco” está associada a sua acessibilidade e a presença dos estabelecimentos comerciais, que vão se alterando, ou seja, abrem diferentes estabelecimentos com novas funções. Com isso vai se recriando a cada momento a centralidade visando contemplar o enorme mercado consumidor do país.

## REFERÊNCIAS

ALVES, Glória A. *O uso do Centro da cidade de São Paulo e sua possibilidade de apropriação*. São Paulo: FFLCH/USP (Tese de Doutorado), 1999.

*Cadernos de Entrevistas*. São Paulo: Museu de Imigração, nº 85 e 80, 1997.

CARLOS, Ana Fani A. “Cidade do comércio”. In: MEDINA, Cremilda (org). *Vamos ao Centro*. São Paulo: CJE/ECA/USP, 1994, p. 151 – 155

COSTA, Elizabeth Goldfarb. *Anel, perfume barato. Uma leitura do espaço do comércio ambulante na cidade de São Paulo*. São Paulo: Edusp, 1989.

FREITAS, Sonia Maria. “Imigração Chinesa”. In: *Falam os Imigrantes: Armênios, Chineses, Espanhóis, Húngaros, Italianos de Monte San Giacomo e Sanzo, Lituanos, Okinawanas, Poloneses, Russos e Ucrânicos. Memória e Diversidade Cultural em São Paulo*. São Paulo: FFLCH/USP (Tese de Doutorado), 2001.

FRÚGOLI JR, Heitor. “A ‘nova higienização’: expulsão do camelô”. In: *Centralidade em São Paulo: trajetórias, conflitos e negociações na metrópole*. São Paulo: Edusp, 2000. p. 99 – 103.

LEFEBVRE, Henri. *A revolução urbana*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002.

MARIANO, Neusa Fátima. *O migrante comerciante de rua da Praça da Sé*. São Paulo: FFLCH/USP (TGI), 1997.

MARX, Karl. “Os custos de Circulação”. In: *O Capital (Crítica da Economia Política)*. Rio de Janeiro: Civilização brasileira.(sem data) Livro2, volume 3, pp. 132-155.

PINTAÚDI, Silvana. “A cidade as formas do comércio”. In: CARLOS, Ana Fani (org.). *Novos Caminhos da Geografia*. São Paulo: Contexto, 2002, p. 143-159.

PONCIANO, Levino. “25 de março – uma rua quase um bairro”. In: *Bairros Paulistanos de A – Z*. São Paulo: editora SENAC, 2001, p. 242 - 243.

*Revista Já*. São Paulo: Diário de São Paulo. Ano 7, nº 333, 23 de março de 2003, p. 10-17.

SCARLATO, Francisco Capuano. “Busca do Centro — o reencontro com a cidade”. In: CARLOS, Ana Fani & OLIVEIRA, Ariovaldo (orgs). *Geografias de São Paulo — representação e crise da Metrópole*. São Paulo: Contexto, 2004, p. 247 – 270.

SERPA, Ângelo & SANTOS, Jânio Laurentino. “Produção Espacial do Comércio dos Serviços nas Periferias Urbanas: um estudo de caso em Salvador”. *GEOUSP, Espaço e Tempo*. Nº 8. São Paulo: Departamento de Geografia/FFLCH/USP, 2000, p. 45 – 65.

SOUZA, Márcia Cabrera. *O povo da caixa e a 25 de março: memórias da imigração sírio e libanesa em São Paulo*. São Paulo: FFLCH/USP. Tese de Doutorado, 2002.